

“Objetividade é uma responsabilidade”: produção intersubjetiva de notícias sobre evangélicos durante o governo Bolsonaro (2019 – 2022)

Eduardo Ribeiro Lima¹

Renata Albuquerque de Moraes (Orientadora)²

Resumo

Este artigo busca analisar o papel que o jornalista e os aspectos subjetivos de sua personalidade têm na produção de notícias jornalísticas sobre religião, especialmente matérias sobre evangélicos durante o governo Bolsonaro (2019 – 2022). Por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais da área e um trabalho de pesquisa bibliográfica na área de objetividade jornalística, foi possível aproximar as perspectivas das profissionais entrevistadas com o conceito de intersubjetividade segundo Isabelle Anchieta de Melo (2018), apontando possibilidades para uma produção de notícias sobre evangélicos mais plural, sem repetir e perpetuar preconceitos ou visões simplistas sobre um grupo diverso e heterogêneo.

Palavras-chave: Jornalismo; Objetividade; Intersubjetividade; Evangélicos; Governo Bolsonaro.

Introdução

Desde 1500, o catolicismo tem sido a principal tradição cristã praticada no Brasil. Desde a primeira celebração religiosa realizada pelos portugueses em território brasileiro (Schwarcz, Starling, 2015, p. 29), uma missa no dia 26 de abril de 1500, o catolicismo chegou ao país junto dos colonos de Portugal. As ligações com a empresa colonial portuguesa, a participação dos jesuítas no processo de colonização e catequização dos povos indígenas e seu momento como religião oficial do país, durante o Império (1822-1889), mostram as raízes profundas da tradição católica romana em terras brasileiras.

Porém, nas últimas décadas, houve uma mudança na correlação de forças cristãs do Brasil. Os protestantes, que representavam 5% da população na década de 1970, “hoje são um terço da população adulta do país, e na próxima década, segundo estatísticas, o número de protestantes superará o de católicos” (Spyer, 2020, p. 21). Esse processo de “conversão em massa” é

¹ Eduardo Ribeiro Lima é estudante de Jornalismo na Faculdade Cásper Líbero e pesquisador do Centro Interdisciplinar de Pesquisa (CIP) da mesma instituição. E-mail para contato sobre a pesquisa: eduardoriblima@gmail.com

² Renata Albuquerque de Moraes é doutora em Antropologia Social pela UnB. Docente da Faculdade Cásper Líbero até o fim do período letivo de 2023.

caracterizado pelo antropólogo Juliano Spyer como “um movimento espontâneo originado nas camadas pobres” (2020, p. 21).

Junto do crescimento numérico dos evangélicos, a cobertura midiática sobre eles também cresceu e saiu dos veículos de nicho, mesmo que ainda partindo de um ponto de vista sobre o cristianismo hegemonicamente católico (Cunha, 2016), e com matérias que “tratam o religioso de forma genérica e estereotipada” (Spyer, 2020, p. 94).

Agora, não só os evangélicos são uma parcela significativa da população brasileira, como também são uma parcela grande o suficiente para legitimar a produção de notícias sobre o grupo. Para Sarsfield Cabral (2002, p. 105), jornalista português da Rádio Renascença, “as religiões são fenômenos humanos, são fenômenos sociais. Como tal, são fatos que podem e devem ser objeto de notícia”. O fenômeno social da religião evangélica, que faz parte do cotidiano de cerca de 30% da população do Brasil, não só pode como deve ser notícia.

Mas quem são “os evangélicos”? Para o propósito deste estudo, pretendemos usar a referida expressão para englobar todas as diferentes tradições religiosas do campo protestante. Dentro da história do protestantismo, temos as primeiras tradições a nascer da ruptura com a Igreja Católica Apostólica Romana após a Reforma Protestante, movimento histórico iniciado em 1517, como os luteranos e os presbiterianos, que hoje são comumente chamados de “protestantes históricos”. Depois disso, uma segunda leva de novas denominações protestantes é chamada de “pentecostal”, chegando no Brasil durante a primeira metade do século XX, enquanto muitas das igrejas de fundação mais recente, a partir de 1970, são caracterizadas por estudiosos da religião como “neopentecostais” (Spyer, 2020, p. 48).

Na população brasileira, os “crentes”, como também são chamados e se autodenominam os evangélicos, atraem “mais crianças e adolescentes” do que os católicos, que são mais populares entre pessoas com 40 anos ou mais (Spyer, 2020, p. 77). Quase 60% dos evangélicos pentecostais e neopentecostais são pretos e pardos, de acordo com resposta autodeclaratória (Spyer, 2020, p. 77). Também por esse motivo, o antropólogo Juliano Spyer (2020) relaciona o preconceito com os evangélicos com preconceitos de classe e raça.

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), religiosos evangélicos ganharam ainda mais espaço na mídia tradicional brasileira, especialmente nas editorias de política, circunstância pouco usual até então. Uma das bases eleitorais do bolsonarismo, que apoiou o governo entre 2019 e 2022, era composta por uma grande parcela de fiéis e lideranças evangélicas brasileiras. Esse apoio, importante para organizar a candidatura de Bolsonaro nas redes já em 2018, foi “fruto de

uma estratégia deliberada por parte da campanha do candidato” (Lacerda apud. Nobre, 2022, p. 150), que se batizou no rio Jordão, em Israel, com um pastor da Assembleia de Deus, usou slogans tirados diretamente da Bíblia e se ligou a lideranças de diversas denominações e ministérios evangélicos.

Esse apoio majoritário, mas não monolítico, ao presidente Bolsonaro, levou os evangélicos a novas posições de poder e visibilidade no campo político nacional. Como afirma o cientista político Marcos Nobre (2022, p. 188),

[o governo Bolsonaro] representa a ascensão ao poder de grupos sociais que se consideravam até então marginalizados da participação efetiva em círculos de decisão no período da redemocratização, como seria possível dizer, por exemplo, das forças de segurança, do eleitorado evangélico.

Essa “ascensão ao poder” se deu, em paralelo, com uma ascensão midiática. O próprio livro de Juliano Spyer já citado é um sinal disso, pretendendo explicar “quem são os evangélicos e por que eles importam” para pessoas que, até então, não prestavam atenção ou enxergavam com preconceito essa parcela crescente da população brasileira.

Se a visão de parte da população é enxergar os evangélicos como um “elefante na sala” (Spyer, 2020), com certas ignorâncias e desconhecimentos sobre o campo religioso protestante, como será que esse preconceito e esses estereótipos se traduzem no jornalismo? Será que a produção de notícias sobre os crentes parte de uma posição de “objetividade jornalística”, ou está permeada por categorias subjetivas e por certa “ignorância”, como sugeriu em entrevista a repórter especial da Folha de S.Paulo Anna Virginia Baloussier, que cobre diversas pautas relacionadas à religião para o jornal?

Considerando o crescimento da atenção aos evangélicos no noticiário, especialmente no âmbito político e eleitoral, e a partir de uma pesquisa que contou com entrevistas semiestruturadas e revisões bibliográficas, este artigo analisa o papel do jornalista na produção de notícias sobre evangélicos durante o governo Bolsonaro (2019-2022), buscando identificar dimensões da subjetividade na produção de notícias sobre religião e, em decorrência, discutindo a necessidade de uma prática jornalística intersubjetiva (Melo, 2018) para uma representação mais coerente e factual do que são os evangélicos no Brasil.

O jornalista por trás da notícia

A notícia é a produção jornalística por excelência. Como qualquer produto, a notícia é fruto de um processo. A informação não aparece automaticamente, sem mediação, no jornal. Entre as informações e a notícia que é lida há um jornalista. Segundo Sousa (2002, p. 3),

uma notícia é um artefacto linguístico que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo de construção onde interagem factores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico, é difundida por meios jornalísticos e comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio socio-cultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia.

Essa definição auxilia a compreender os aspectos subjetivos da produção jornalística. A notícia é construída por um profissional em um processo onde fatores pessoais, sociais e históricos influenciam na maneira como a informação será transmitida e como a notícia será lida. O processo é mediado e manipulado.

Essa ideia de uma notícia representando só “determinados aspectos da realidade”, ao invés de só transmitir a realidade, entra em conflito com a primeira teoria do jornalismo, a Teoria do Espelho, que afirmava que “os fatos seriam reflexos da realidade” (David, 2015, p. 1) e, portanto, o que se exige do jornalista é a imparcialidade, para que as informações falem por si mesmas. A posição do jornalista, então, era vista como uma de objetividade, mostrando a realidade como ela é.

Essa fé na objetividade como ponto de partida jornalístico muda durante o século XX, quando o campo jornalístico aceita alguns dos fatores subjetivos no processo de construção da notícia. A partir de então, a objetividade passa a representar uma série de “procedimentos técnicos como forma de assegurar, pelo menos, uma objetividade aproximada” (David, 2015, p. 2), as técnicas de objetivação.

No Manual da Redação da Folha de S.Paulo, os autores escrevem que

Embora a objetividade descritiva seja inalcançável, procedimentos de apuração e redação prescritos neste “Manual” ampliam o distanciamento crítico dos jornalistas e tornam suas apurações tão exatas quanto possível. (2021, p. 122)

Ou seja, o jornal reconhece a objetividade como uma impossibilidade, mas apresenta as técnicas de objetivação como uma forma para se aproximar o máximo possível dessa meta de objetividade e realidade.

O mito da objetividade e neutralidade como características inegáveis do jornalismo ajuda a consolidar preconceitos quando um retrato de uma realidade é apresentado como o todo. “Usando o manto da objetividade, neutralidade e isenção, esse campo de conhecimento [, o jornalismo,] se notabilizou como lugar da verdade, da mediação confiável”, mesmo contribuindo historicamente para a reprodução de violências como o racismo, o classismo e o machismo (Moraes, 2019, p. 204).

O papel do jornalista como produtor da notícia, processo que passa por diversas escolhas subjetivas “inerentes ao próprio método de confecção de notícias” (David, 2015, p. 5), é um papel subjetivo. Quando se trata de religião, aspectos familiares, sociais e pessoais estão presentes na mente do jornalista por trás da notícia.

Qual é o perfil religioso do jornalista brasileiro? Jacques Mick e Kevin Furtado realizaram um estudo comparativo com os dados do Perfil do jornalista brasileiro, de 2012, e do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As três diferenças marcantes entre jornalistas e a população geral brasileira identificadas foram

a) presença mais significativa de não praticantes e ateus; b) participação significativamente menor de católicos e evangélicos; e c) maior expressividade de espíritas e praticantes de religiões de origem africana. (Furtado, Mick, 2019).

Comparando as pesquisas, fica clara a diferença da relação dos jornalistas com a religião e da relação geral da população brasileira. “O volume de jornalistas com religião é, assim, quase metade da taxa nacional, e o número de profissionais sem religião é seis vezes maior do que [a] média da população” (Furtado, Mick, 2019, p. 282).

As expressões de religiosidade mais adotadas pelos brasileiros, o cristianismo católico e evangélico, não são tão representadas entre os jornalistas (Furtado, Mick, 2019), e essa diferença pode “ajudar a explicar fenômenos como a relativa desatenção da cobertura jornalística ao crescimento da população neopentecostal no país” (Furtado, Mick, 2019, p. 290). A hipótese dos autores é que os jornalistas têm dificuldade de compreender e reconhecer a importância e a noticiabilidade que fenômenos religiosos têm para a grande população brasileira.

A hipótese de Jacques Mick e Kevin Furtado se reflete na resposta da jornalista Anna Virginia Baloussier, em entrevista, afirmando que o maior dos tropeços do jornalismo sobre religião é “o preconceito, a generalização [...] e a ignorância”.

Para este artigo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com jornalistas especializadas na cobertura e no estudo da religião. Uma das entrevistas foi com Anna Virginia,

que é repórter especial da Folha de S.Paulo, e cobre religião para o jornal desde 2010 (“quando eu cheguei era tudo mato”).

Ela não se afirma como religiosa “no sentido de praticante”. Na infância, ela explica que teve uma base cristã comum à maior parte da população brasileira, entendendo que “a religião era a Igreja Católica”. Ela sempre teve curiosidade com o estudo de religiões, principalmente com aquelas “fora do *mainstream*”, e, quando começou a cobrir jornalisticamente os evangélicos, durante as eleições de 2010, reconheceu que tanto o Brasil secular quanto o Brasil católico sempre tiveram “preconceito com evangélicos, ou de não entendê-los, ou de abominá-los, ou de ignorá-los”.

Questões de hegemonia religiosa católica no jornalismo são um dos temas da pesquisa de Magali Cunha, que também foi entrevistada para este artigo. Magali é jornalista desde a década de 1980 e evangélica metodista desde os 12 anos de idade. No começo da década de 2010, trabalhando na Universidade Metodista de São Paulo, ela fazia parte de um observatório de mídia, religião e política que observava a cobertura jornalística de assuntos religiosos. Segundo ela, o que marcava a cobertura como um todo era a ignorância, “palavra-chave dos jornalistas na cobertura de religião”.

Em um artigo publicado em 2016, Cunha afirma que o jornalismo brasileiro sobre religião é marcado por uma posição hegemonicamente católica. “Ao produzir uma notícia, um jornalista traz consigo sua visão de mundo, resultante dos conceitos construídos em sociedade e com os quais interagiu” (2016, p. 6). Essa visão de mundo construída em sociedade, no Brasil, é hegemonicamente católica, e isso se reflete na pesquisa da autora.

Analisando a incidência de matérias sobre cristianismo na Folha de S.Paulo e no Jornal Nacional em 2014, Cunha analisou que 77,3% do total das matérias sobre religião nas duas mídias tratavam do catolicismo, em comparação com 17,5% tratando de evangélicos (2016, p. 10). O estudo vai além, e mostra que 100% das matérias sobre o catolicismo na Folha e no JN são positivas, quase o oposto do caso dos evangélicos.

Dos nove temas agrupados [de pautas sobre evangélicos], apenas um teve representação positiva – o que trata de eventos religiosos, mais especificamente, de uma grande manifestação de rua realizada anualmente, a Marcha para Jesus. Todo o conteúdo das demais matérias apresenta os evangélicos, suas práticas religiosas e expressões culturais, de modo pejorativo, com textos marcados por ironia e termos que revelam desconfiança (Cunha, 2016, p. 15 e 16).

Em entrevista, Anna Virginia dá um exemplo de termos que revelam desconfiança. A palavra “bispo”, quando usada para falar de líderes evangélicos, era usada por diversos jornais em

aspas, porque o bispo legítimo só seria “o católico, porque Deus envia o Santo Padre”. Esses traços de hegemonia católica, preconceito e ignorância marcam a produção de notícias sobre evangélicos no Brasil.

Com a presença mais constante dos evangélicos no noticiário político durante o governo Bolsonaro, será que a ignorância foi deixada para trás? Para Magali Cunha, os evangélicos “arrombaram a porta das redações”. Segundo ela, há uma mudança na cobertura, já que não se pode mais “ser ignorante em relação a essa realidade”. Agora que os evangélicos ocupam uma posição de nova importância política e social, a postura do jornalismo quanto aos evangélicos precisa mudar.

Para uma cobertura menos preconceituosa e mais factual dos fenômenos relacionados aos evangélicos, Anna Virginia Baloussier e Magali Cunha explicaram em entrevista suas técnicas que, como veremos, podem ser ligadas ao conceito de intersubjetividade (Melo, 2018).

Perspectivas das entrevistadas em relação com intersubjetividade

Em entrevista, Anna Virginia Baloussier afirmou que o jornalismo ser objetivo é uma ficção, mas que isso não significa que não haja uma “objetividade possível”. “A gente não pode fazer nenhum esforço” para sermos mais objetivos? Ela acredita que os jornalistas podem, sim, buscar níveis maiores de objetividade, mesmo nunca alcançando uma verdade objetiva completa.

Um exemplo de como isso pode ser realizado na cobertura jornalística sobre religião, segundo Anna, é traçando um “limite básico”, partindo “do pressuposto que aquela pessoa acredita naquilo” e tratando as diversas religiões com respeito, mas “sem jamais não contextualizar o que está sendo dito”, como no caso de uma crença que talvez fira algum direito democrático conquistado.

Para Anna, o olhar de um repórter deve ser “não preconceituoso, de curiosidade legítima e respeito legítimo”, inclusive a posturas completamente diferentes das do próprio repórter. Em sua opinião, ela também considera que o jornalista deveria se afastar daquilo que ela chama de “olhar antropológico”: “Vamos olhar esses animaizinhos aqui na igreja. Olha só como é curioso.”

Ela recomenda, enquanto fala sobre métodos para uma cobertura jornalística mais justa e respeitosa, um artigo escrito por Martin Baron, ex-editor do *The Washington Post*, e publicado na Folha de S.Paulo. Naquele texto, o jornalista defende a objetividade como uma meta para o trabalho da reportagem, mesmo que inalcançável plenamente, afirmando que a grande lição do ofício do repórter é “que o mundo quase sempre é mais complexo e improvável do que parece quando você está sentado à sua mesa de trabalho” (Baron, 2023).

A subjetividade do jornalista pode ser um problema, por exemplo, quando cobrindo religiões pelas quais o profissional tem uma afinidade pessoal. Anna Virginia compara, como exemplo, a escrever “sobre um político que você admira”. Ela diz que, como jornalista, prefere não fazer isso, mas quando precisa, se cobra mais para não “simpatizar ao invés de reportar”.

Para Magali Cunha, a outra jornalista entrevistada para este artigo, a objetividade “é uma responsabilidade que o jornalista tem”. A objetividade, na visão dela, não está no jornalista em si, mas nos métodos e técnicas de exercer a profissão, como “a responsabilidade com as fontes, a responsabilidade com o fato, a apuração”.

Para ela, o equilíbrio entre os afetos pessoais e a responsabilidade dos jornalistas de produzir a notícia ou reportagem mais objetiva possível é um exercício que deve ser trabalhado pelo jornalista. “Ninguém é neutro. A imprensa, ela não é neutra”, afirma a autora. Diversas escolhas e opções subjetivas são tomadas durante o processo de produção de uma notícia, mas todas essas escolhas precisam ser realizadas, de acordo com ela, com responsabilidade. “A objetividade está casada com a responsabilidade, com a técnica, com os protocolos que a gente tem que seguir”, conclui Magali.

As ideias de Anna Virginia Baloussier e Magali Cunha sobre objetividade como uma responsabilidade do jornalista, ligando a ideia de objetividade possível com o uso de técnicas e métodos para apuração podem ser ligadas ao conceito de intersubjetividade (Melo, 2018).

O jornalismo está inserido em um sistema histórico-cultural e retroalimenta esse sistema. Como afirma Isabelle Anchieta de Melo, “toda seleção de valores-notícia possui um intercâmbio com os valores socialmente dados por uma cultura” (Melo, 2018, p. 3). Alguns valores sociais condicionam o jornalismo, mas o campo tem certa autonomia sobre a maneira como se posiciona nesse sistema e como ele é reconhecido pelo resto da sociedade.

O conceito de objetividade, então, serve para que o jornalismo seja reconhecido e legitimado na sociedade, tendo “papel normativo para a prática jornalística” (Melo, 2018, p. 5). Esse ideal de objetividade, para Melo, deve ser visto como um método que “toma o real como múltiplo”. O jornalismo objetivo, então, é aquele que trabalha com procedimentos que não buscam “encontrar uma verdade última”, mas sim “produzir uma narrativa equilibrada” (Melo, 2018, p. 5).

Essa objetividade nos procedimentos é definida por Isabelle Anchieta de Melo como

ouvir as várias versões do fato, por diferentes fontes; apresentar a controvérsia; verificar documentos e dados que comprovem ou não o fato, buscar não tomar partido, entre outras condutas técnicas éticas (Melo, 2018, p. 5).

A busca pela objetividade, então, estabelece “um campo intersubjetivo crítico entre os agentes que aí atuam: os sujeitos que produzem o fato, os que o observam e o reportam, e os que tomam conhecimento do fato por meio do relato” (Bucci apud. Melo, 2018, p. 5). É isso que a autora chama de intersubjetividade: uma objetividade que se encontra no comportamento dos jornalistas, na “responsabilidade” de cada profissional. A intersubjetividade, então, “não pede isenção total – pede equilíbrio” (Melo, 2018, p. 6).

Produzindo notícias intersubjetivas sobre evangélicos

Como aplicar os métodos e técnicas intersubjetivos de maneira mais eficaz na produção de notícias sobre os evangélicos? Um primeiro passo talvez seja estudando os evangélicos e entendendo suas peculiaridades e diferenças, não como um bloco homogêneo, e sim como diversos grupos e denominações que acreditam em coisas diferentes e têm práticas religiosas diferentes. Quanto mais o jornalista conhece sobre o tema, mais fácil será para não replicar preconceitos pessoais na notícia. Anna Virginia Baloussier conta que suas primeiras coberturas sobre religião eram marcadas por “uma veia um pouco mais solta”, marcada por ironia, mas que ela foi perdendo essa característica textual, “muito complicada” numa cobertura de religião, e foi mudando de visão sobre os evangélicos por causa de “curiosidade legítima”, passando a entender minúcias de denominações e, com o tempo, cometendo menos erros factuais.

Um exemplo de como conhecer o campo evangélico em suas particularidades pode levar a uma cobertura mais justa, mostrando as várias versões do fato, pode ser visto em um dilema apresentado por Magali Cunha em entrevista. No caso dos evangélicos, quem são as melhores fontes, os fiéis ou os líderes religiosos?

Para Cunha, o maior equívoco das grandes mídias hoje, na cobertura relacionada aos evangélicos, é tentar buscar um representante, uma “liderança para falar pelos evangélicos”. Ela dá o exemplo de figuras públicas como Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, ou de deputados da autoproclamada “bancada evangélica”, que se colocam como lideranças de todo o campo evangélico quando, na verdade, representam “determinadas parcelas, ou igrejas, ou grupos”.

Essa busca por lideranças evangélicas seria reflexo de um “olhar guiado pela hegemonia católica”, que Magali Cunha tratou em um artigo de 2016 e retomou durante sua entrevista. A partir

dessa ótica, os evangélicos são percebidos como um bloco homogêneo que tem uma hierarquia clara, como a Igreja Católica, que conta com líderes mundiais que falam pela denominação. Como vimos, a palavra “evangélico” é usada para falar dos crentes protestantes de diversas denominações diferentes, não tendo um único líder ou uma figura central de algum tipo de movimento.

O problema, na visão de Cunha, é reproduzir o que essas autoproclamadas lideranças evangélicas falam como se essa fosse a visão dos “evangélicos” como um todo, sem distinção, checagem ou contraponto – atitudes básicas para uma prática intersubjetiva do jornalismo.

Um exemplo desse tipo de produção jornalística pode ser encontrado em uma matéria de Anna Virginia Baloussier para a Folha de S.Paulo em 1º de junho de 2022, com o título de “[Fake news bolsonaristas nas igrejas são ‘coisa do diabo’, diz pastor](#)”³. Na notícia, que tem como um dos personagens principais o pastor progressista Ariovaldo Ramos, o líder religioso não é retratado como porta-voz dos evangélicos, mas inserido em um contexto no qual é possível entender, por experiências que o próprio conta, como uma interação com um amigo também pastor e que acreditava que Bolsonaro ganharia de Lula no 1º turno, que ele não representa os evangélicos na totalidade.

Em outra notícia da Folha de S.Paulo, intitulada “[Igrejas perdem pastores e padres para Covid-19 e divergem sobre estratégias de reabertura](#)”⁴, escrita por Everton Lopes Batista e publicada em 22 de julho de 2020, as fontes são pastores de diversas denominações evangélicas diferentes, e mostram as posições conflitantes quanto à realização de cultos presenciais na pandemia. Enquanto Silas Malafaia se colocou contra o fechamento das igrejas, o pastor Sócrates de Oliveira de Souza, então diretor-executivo da Convenção Batista Brasileira (CBB), explicou que sua denominação seguiria as recomendações das autoridades locais de forma irrestrita. Todo o conflito dentro do campo evangélico ainda foi contextualizado com mais entrevistas com médicos e especialistas em saúde pública, como a infectologista Rosana Richtmann, que explicou os perigos de cultos presenciais durante a pandemia.

³ Baloussier, Anna Virginia. Fake news bolsonaristas nas igrejas são 'coisa do diabo', diz pastor. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1º de junho de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/fake-news-bolsonaristas-nas-igrejas-sao-coisa-do-diabo-diz-pastor.shtml>. Último acesso em: 23 de novembro de 2023.

⁴ Batista, Everton Lopes. Igrejas perdem pastores e padres para Covid-19 e divergem sobre estratégias de reabertura. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 de julho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/07/igrejas-perdem-pastores-e-padres-para-covid-19-e-divergem-sobre-estrategias-de-reabertura.shtml>. Último acesso em: 23 de novembro de 2023.

Pensando nos princípios metodológicos da intersubjetividade, de tomar o real como múltiplo, examinar diversas versões do fato e tentar realizar uma narrativa equilibrada, sem tomar partido, em diversos casos o comportamento mais indicado para um jornalista que quer buscar a opinião “dos evangélicos” seria falar com diversas lideranças, tentando representar o maior número de tradições e denominações que seja viável, sem colocar pastores e líderes religiosos como porta-vozes de todos os milhões de evangélicos do Brasil. Outra tarefa importante, como visto na notícia de Everton Lopes Batista, é trazer informações e fontes de outras áreas para contextualizar a notícia e trazer uma narrativa mais próxima de uma meta inalcançável de objetividade.

Algo que pode vir a ser pensado por profissionais do campo, atitude rara hoje, é buscar não fontes de autoridade e sim falar diretamente com os fiéis evangélicos, para tentar entender melhor qual é a visão daqueles que se identificam com o segmento cristão que mais cresce no Brasil

Essas sugestões para uma prática intersubjetiva da produção de notícias sobre evangélicos pretendem ser só pontos introdutórios para um debate que se faz mais essencial a cada dia. Não dá para não cobrir os evangélicos. Como então, cobrir esse segmento da população sem se basear em preconceitos pessoais ou sociais? Ouvir diferentes tradições evangélicas, valorizar as complexidades e contradições dos evangélicos, apresentar uma visão menos reducionista e simplista do campo são métodos para chegar a uma “narrativa equilibrada” (Melo, 2018).

Considerações finais

O governo de Jair Bolsonaro chegou ao fim, mas isso não quer dizer que os evangélicos pararam de ser importantes ou objeto de notícias. Novas perspectivas de objetividade como método são necessárias, especialmente quando as notícias produzidas são sobre assuntos tão subjetivos e pessoais como a religiosidade. A objetividade como uma responsabilidade, como afirmou Magali Cunha, e a intersubjetividade segundo Isabelle Anchieta de Melo, podem compor uma forma e uma prática de fazer notícias que, ao invés de perpetuar preconceitos, pode quebrar visões simplistas sobre os evangélicos.

Este artigo tem um escopo limitado, buscando compreender o papel da objetividade e subjetividade jornalísticas na produção de notícias sobre evangélicos durante o governo Bolsonaro, usando entrevistas semiestruturadas com profissionais do campo e revisão bibliográfica para alcançar esse objetivo.

Em pesquisas futuras, seria interessante realizar estudos de recepção entre religiosos e não-religiosos, para entender como os grupos enxergam as notícias sobre os evangélicos, e se elas são representativas do que essas pessoas enxergam em sua prática cotidiana da religião.

Outra pesquisa possível seria realizar uma análise de discurso, focando nas notícias sobre evangélicos produzidas por veículos específicos da grande mídia, explorando e analisando os enquadramentos e as escolhas de palavras que definem e caracterizam os fiéis no discurso jornalístico.

Referências

Baloussier, Anna Virginia. Fake news bolsonaristas nas igrejas são 'coisa do diabo', diz pastor. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1º de junho de 2022.

Baron, Martin. Queremos juízes e médicos objetivos; por que não jornalistas? **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 de abril de 2023.

Batista, Everton Lopes. Igrejas perdem pastores e padres para Covid-19 e divergem sobre estratégias de reabertura. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 22 de julho de 2020.

Cabral, Sarsfield. A prática jornalística e as religiões. **Revista Portuguesa de Ciência das Religiões**, ano 1, n. 2, p. 105-107, 2002.

Cunha, Magali Nascimento. Religião no noticiário: marcas de um imaginário exclusivista no jornalismo brasileiro. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação/E-compós**, Brasília, v. 19, n. 1, jan/abr. 2016.

David, Hadassa Ester. A Narrativa Jornalística: Objetividade Versus Subjetividade. **Intercom - XXXVIII Congresso de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro, 2015.

Folha de S.Paulo, **Manual da Redação: as normas de escrita e conduta do principal jornal do país**. Barueri, SP: Publifolha, 2021.

Melo, Isabelle Anchieta de. A defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade. **Universidade da Beira Interior**, Covilhã, Portugal, 2018.

Moraes, Fabiana. Subjetividade: Ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204 - 219, 2019.

Nobre, Marcos. **Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

Schwarz, Lilia M.; Starling, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Sousa, Jorge Pedro. Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia. **Universidade Fernando Pessoa**, Porto, 2002.

Spyer, Juliano. **Povo de Deus: Quem são os evangélicos e por que eles importam**. São Paulo: Geração Editorial, 2020.